



MEMÓRIAS E IDENTIDADES NA FESTA DE SANTO ANTÔNIO EM BARRA DO GARÇAS-MT – 1951-2015

Iara Toscano Correia¹

RESUMO: Em meio à plêiade de santos cultuados no universo devocional católico, Santo Antônio é um dos mais celebrados em muitos pontos do Brasil. No município de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, isso não é diferente. Contudo, ali, há, pelo menos, noventa anos, esse santo tem sido o centro de prolongados festejos, com direito a duas semanas inteiras de badaladas comemorações. A pesquisa propôs compreender de que maneira as memórias da Festa de Santo Antônio em Barra do Garças-MT contribuem para a construção de uma memória social sobre a cidade. Para atingir tal expectativa, delineou-se como objetivo construir um banco de História Oral, com depoimentos dos moradores mais antigos do município, agentes sociais e autoridades eclesiais que participam e/ou promovem o evento. Esses relatos permitiram refletir sobre as permanências/transformações ocorridas na festa, ao longo dos anos, avaliando de que maneira discursos de identidade e tradição atuam, ou não, como argumentos de manutenção do evento e de que maneira essas recordações permitem repensar os termos da história local.

PALAVRAS CHAVE: Memória. Religiosidade Popular. História Regional.

IDENTITY E MEMORIES PARTY SANTO ANTONIO IN BARRA DO GARÇAS-MT - 1951-2015

ABSTRACT: Among the host of revered saints in the Catholic devotional universe, St. Anthony is one of the most celebrated in many parts of Brazil. In the municipality of Barra do Garças, in Mato Grosso, this is no different. However, there's at least ninety years, this saint has been the center of prolonged festivities, complete with at least two full weeks liveliest celebrations. The study proposed to understand how memories on the Feast of St. Anthony in Garças-MT bar contribute to the construction of a social memory of the city. To achieve this expectation, as outlined goals to build a database of oral history, with testimonies of the oldest residents of the municipality, social workers and church authorities participating and / or promote the event. These reports allowed us to reflect on the continuities / transformations in the party over the years, assessing how discourses of identity and tradition act, or not, as the event maintenance of arguments and how those memories allow rethink the terms of history local.

KEYWORDS: Memory. Popular Religiosity. Regional History.

Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, professora e pesquisadora do curso de História da Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí. E-Mail: iaratoscano@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas; que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do trenó ao avião, mesclam-se, superpõem-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras. (KOSELLECK, 2006, pp.13-4)

A festa, como problemática das Ciências Humanas, vem se tornando um locus privilegiado das análises sobre as práticas e representações sociais. Tal como nos apresenta o historiador Reinhart Koselleck, no trecho retirado de seu “Futuro Passado”, os pequenos gestos cristalizados pelo cotidiano podem nos dizer muito sobre as dinâmicas sociais de uma época.

Assim, também para Rita de Cássia Amaral, a festa é um espaço de *mediação* entre o passado e o futuro, realizada no presente e por meio da qual a humanidade poderia caminhar no tempo, tanto para a frente quanto para trás. Tratar a festa como objeto de estudos nos permite enxergar mais de perto as relações e transformações que se operam no imaginário dos grupos sociais, principalmente, em um momento de intensa (re)significação das expressões religiosas.

Entendida como ritual, a festa promove uma ruptura com o cotidiano. Contudo, todo ritual é também uma linguagem social, que se expressa não como simples ruptura, mas como um momento de (re)ordenamento nas relações estabelecidas. Ao lado das percepções simbólicas, a festa se vincula concretamente à vida das pessoas do lugar. Dessa vivência é possível recolher suas marcas, por meio das memórias que se fixaram nos espaços de interdição do cotidiano.

O estudo das festividades religiosas populares, para além de seus significados simbólicos, nos possibilita uma melhor percepção das (re)significações operadas nas memórias, nas disputas por território e nas relações que se estabelecem no microcosmo social. A constante atualização que ocorre nos rituais são os registros mais tangíveis sobre as transformações operadas na dinâmica social.

Nesse sentido, o artigo em questão tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa: *Memórias em Festa: memórias e identidade na Festa de Santo Antônio em Barra do*



Garças/MT – 1951-2015, desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisa da Faculdade Cathedral, entre maio de 2014 e junho de 2015. O objeto de análise foram as memórias tecidas sobre a festa de Santo Antônio, que ocorre anualmente no espaço urbano da cidade de Barra do Garças-MT, há 64 anos.

O estudo propôs uma dupla operação, ao narrar as memórias sobre a Festa de Santo Antônio nesta cidade. Por um lado, reconstruir uma parte do rico substrato que compõe o imaginário religioso que governa o calendário das festas populares no Brasil e, por outro, possibilitar um vislumbre sobre parte da história social do município, a partir das homenagens ao padroeiro local.

O evento serviu como referência para conduzir as memórias dos nossos colaboradores, no tempo e no espaço vivido, servindo como liame para as narrativas e imagens da história local. O recorte que estabelecemos para a pesquisa nos permitiu captar, em relatos de primeira mão, as transformações operadas nos últimos 64 anos de história em Barra do Garças. Um recorte que, em alguns casos, remeteu aos tempos da fundação do povoado, a partir de relatos de moradores que contam, atualmente, com 92 anos de idade. Assim, foi possível alcançar os primórdios do povoamento local, na segunda década dos anos de 1920.

As fontes orais têm se mostrado ferramentas importantes, quando se trata de estudos sobre as representações populares. De acordo com o historiador italiano Alessandro Portelli “as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida”. (1997, p. 27). É justamente pensando nessa distorção que fomos ouvir as narrativas de pessoas que, muitas vezes, estiveram à margem da escrita da história.

Para Portelli as “(...) entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”. (1997, p. 33). Assim, para tentar manter a fidelidade dos relatos, utilizamos, para o registro, um gravador de voz digital e a transcrição fiel das falas, buscando devolver-lhes, por meio da escrita, o sentido mais próximo possível do que foi relatado por nossos colaboradores. Foram produzidas, no total, nove Histórias de Vida, rendendo oito horas e doze minutos de gravação². A coleta e o tratamento dos dados tiveram

² José Carlos Sebe Bom Meihy define as Histórias Oraís de Vida “como as biografias, relatos de vida, relatos biográfico, métodos biográficos, notas biográficas, recolhidas com esta finalidade, geralmente de caráter individualizante, mas que são ferramentas riquíssimas quando problematizadas sobre a realidade do grupo; (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 33-4)”.



como referência as técnicas da História Oral que auxiliaram no registro e catalogação das fontes. Entrevistamos diferentes atores sociais, envolvidos, direta ou indiretamente, com a festa de Santo Antônio, como clérigos, organizadores do evento, professores, auxiliares, enfim, antigos moradores do município³. Para análise e interpretação das falas foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a história local, junto a memorialistas e pesquisadores da realidade social barra-garcense, para a composição do cenário da pesquisa.

O texto que segue estrutura-se em duas partes. Na primeira, procuramos recompor uma parte da história local, a partir dos relatos dos antigos moradores, descrevendo o cenário que abriga a festa de Santo Antônio. Nesse sentido, discutimos aspectos da paisagem urbana e as relações sociais que deram origem aos festejos do padroeiro de Barra do Garças. Na segunda parte, discutimos a estrutura da festa, propriamente dita, com seus rituais, a organização dos trabalhos, os agentes patrocinadores do evento, enfim, os aspectos de transformações e permanências nela contida.

A FESTA DE SANTO ANTÔNIO EM BARRA DO GARÇAS

Em meio à plêiade de santos celebrados no calendário devocional católico, Santo Antônio é um dos mais festejados, em muitos pontos do Brasil. No município de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, isso não é diferente. Contudo, na cidade, há, pelo menos sessenta e quatro anos, esse santo tem sido o centro de prolongados festejos, com direito a duas semanas inteiras de badaladas comemorações.

De acordo com uma parte de nossos entrevistados, a motivação para tão celebrada data seria uma antiga promessa endereçada a Santo Antônio pelo devoto, patrão de garimpo⁴ e fundador do povoado, Antônio Cristino Côrtes, em 1924. Para outros, a festa seria uma homenagem ao santo padroeiro do povoado, fundado no dia do santo, 13 de junho, pelo já mencionado Antônio Cristino Côrtes e seus companheiros, Francisco Luiz Esteves e Francisco Dourado.

³ Todas as Histórias de Vida utilizadas neste estudo foram realizadas pela própria autora, entre os anos de 2014 e 2015, na cidade de Barra do Garças. As entrevistas transcorreram em ambiente tranquilo, na própria residência dos entrevistados. Os créditos de todos os colaboradores estão arrolados ao final do texto.

⁴ Designação atribuída aqueles que eram os donos das lavras e que comercializavam as pedras preciosas; C.f.: CARDOZO, e HIDELBERTO, 2001.



A história local credita a Antônio Cristino Côrtes uma ativa participação na fundação do povoado de Barra do Garças. Nascido em Boa Vista do Padre João (atualmente Tocantinópolis-TO), Cristino Côrtes teria ido para *Registro de Araguaiana-MT*, a convite do amigo Francisco Bispo Dourado, por volta de 1914. Estabeleceu-se na região com serviços de sapateiro e, mais tarde, a pedido do Juiz de Direito, Dr. Deocleciano de Couto Menezes, assumiu cargo representativo, tornando-se em pouco tempo pessoa *chave* dentro da comarca. De acordo com o catálogo Cidades de Mato Grosso:

Antônio Cristino Côrtes conheceu o engenheiro agrônomo José Morbeck, chefe supremo dos garimpos do leste, de quem se torna grande amigo. Juntos, Côrtes e Bispo Dourado partem para a aventura garimpeira sendo bem sucedidos (...) (Côrtes) dedicou-se a formar a futura cidade de Barra do Garças. Alinhou as primeiras ruas, designou as primeiras pedras, distribuiu lotes. De baliza em punho, bancou o engenheiro e arquiteto. Marcou a avenida, que hoje leva seu nome. E dirimiu questões de toda espécie. (FERREIRA; MOURA e SILVA, 2008, p. 40.)

Como podemos observar, a biografia de Cristino Côrtes se confunde com a história das origens de Barra do Garças. Assim, a longevidade dos festejos em homenagem a Santo Antônio, na região, nos remete diretamente aos tempos da fundação do antigo povoado, até então, conhecido como Barra Cuiabana, um pequeno vilarejo que se formara em torno da extração de diamantes. Por volta da segunda década do século XX, iniciou-se nessa região um incipiente e desordenado processo de ocupação, a partir da atividade de garimpo. Segundo Ferreira e Moura e Silva, (2008) as primeiras explorações diamantíferas no rio Garças teriam ocorrido já nos anos de 1895 e 1897, quando Antônio Cândido de Carvalho descobriu diamantes em seu leito, afluindo “milhares” de garimpeiros para a região.

Contudo, os relatos do memorialista Valdon Varjão assinalam o ano de 1916 como o início da exploração diamantífera no rio Garças, de acordo com seu livro “Barra do Garças no passado: A notícia se espalhou pelos sertões baianos das margens do São Francisco, das lavras de Lençóis, Andaraí, Xique-Xique até o Maranhão e norte goiano”. (VARJÃO, 1980, p. 81). Ainda de acordo com esse memorialista, os primeiros achados diamantíferos foram no córrego Cassununga.

A disseminação da notícia sobre a descoberta de diamantes na região atraiu garimpeiros dos mais diferentes pontos do país. Rosilene Cardozo indica que “(...) vieram de todo o modo, uns a pé, outros em caravanas de jumentos ou burros. Outras levavam do



Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, usando as vias fluviais”. (VALDON VARJÃO, Garimpeiros, *apud* CARDOZO, 1990, p. 52).

O surto garimpeiro não perdurou como atividade econômica. De acordo com Cardozo, não durou duas décadas. Naquele tempo, Barra do Garças era parte de um imenso sertão. O Brasil Central era, em grande parte, ainda desconhecido pelas autoridades do Estado. Região frequentada e habitada por índios da etnia Xavante e Bororo, assim como pelos Caiapó, na outra margem do rio Araguaia. Nas falas de nossos colaboradores, pudemos registrar as impressões sobre esses primórdios.

Conforme padre Clemente:

Os índios (...) eles estavam aqui, que a Missão Salesiana é desde 1894 e 1902, lá onde está Meruri, foi comprada a terra para trabalhar com os indígenas. Veja, começo do século XX, para trabalhar com os indígenas e precisava comprar terra. A Missão Salesiana com sede na Itália, porque a Congregação é italiana, não é? Então, compraram uma fazenda para instalar os índios. (...) Porque senão os fazendeiros tocavam pra fora e coisas. Então, (...) depois outra fazenda foi comprada em Sangradouro, em 1906, também, para que eles pudessem ficar tranquilos. (PE. CLEMENTE, 2014).

O relato da senhora Isabel Barbosa Flôres, mais conhecida como d. Belinha, antiga moradora, também menciona as evidências da presença desses índios: “quando foram construir a prefeitura, que escavaram para fazer a fundação, acharam um pote cheio de osso de índio, assim já desmanchando, virando areia”. (FLÔRES, 2014).

Os índios da nação Bororo já vinham sendo reunidos, desde 1894, pela Missão Salesiana, que procurou concentrá-los em terras próprias, adquiridas com recursos da Igreja. Hoje os indígenas, tanto Xavante quanto Bororo, contam com as Terras Indígenas (T.I.): Sangradouro, Merure e São Marcos, entre outras, organizadas pelos salesianos na região, que ainda hoje mantêm seu trabalho missionário junto a essa etnia:

Então, (...) em Araguaiana, em 1914, foi criada a Prelazia Registro do Araguaia, né? Que fizeram pelo papa, acho que o Pio Décimo, em 1914. Tanto que, nestes dias seria cem anos da criação daquela Administração Eclesiástica, pra coordenar as paróquias e os padres. (...) Naquele tempo acho que cada comunidade devia ter uns quatro ou cinco (padres) (...) depois vieram as Irmãs Salesianas, também tinham comunidade separada, e tinham também cinco, seis, em Araguaiana, em Meruri, Sangradouro. (PE. CLEMENTE, 2014)

A missão eclesial atuava na região, desde o século XIX, nos primórdios da ocupação do povoado da Barra Cuiabana que foi se expandindo entre o sopé da Serra Azul,



braço da Serra do Roncador, e as margens do rio Garças, no ponto em que suas águas se encontram com o rio Araguaia, fazendo divisa entre os Estado de Mato Grosso e Goiás. Do lado goiano, estava a Barra Goiana (atual Aragarças), um povoado que não passava de um pequeno aglomerado, pontilhado por barracos de garimpeiros.

Para a socióloga Rosilene Cardozo, durante esse período, predominou um tipo de ocupação *espontânea*, que se operava fora da esfera de ação do Estado, pautada por uma rígida moral de conduta e pelas relações de compadrio, garantidas pelo uso da violência. Contudo, podemos assinalar que, mesmo que a forma de ocupação tenha se dado de maneira desordenada, a autorização para as explorações garimpeiras na região eram outorgadas pelo Estado, o que fica evidenciado pelos conflitos deflagrados na contenda entre os Morbeck e os Carvalinho.

Tais relações de violência são explicitadas nos relatos de alguns antigos moradores, como d. Belinha, que se mudou em 1944, aos 15 anos de idade, para Barra do Garças. Quando perguntamos a ela se a cidade era violenta nesses tempos, ela nos relata alguns episódios de conflitos que se resolviam, invariavelmente, a “bala”. De acordo com ela: “[...] de vez em quando matavam gente aí. Na praça, na beira do rio. (...) aqui, no tempo dos garimpos, já teve muitos revoltosos. O povo, os garimpeiros, diz que comprava um revólver e dizia: - deixa eu experimentar, e, tá! (imita o som do tiro)”. (FLÔRES, 2014). Mas, de acordo com ela, isso não era do seu tempo. Quando chegou em Barra do Garças, em meados dos anos de 1940, a cidade era um lugar pacificado, com uma certa organização política.

Dona Nelcy Chapadense (2015) mais jovem do que d. Belinha, se lembra dos bailes que ocorriam na cidade, até mesmo na festa de Santo Antônio, em suas palavras:

Era violento as pessoas, andava armadas, (...) eu lembro. E a briga podia acontecer. Uma vez nós estava fazendo numa festa de Colégio, era ali naquela beira do rio (...) uma festa animada, e de repente um rapaz chegou pra entrar, e ele chegou na portaria e tirou um revolver e atirou e pegou bem numa das moças, a Miralda, pegou nela e ela caiu no meio do salão. Caiu morta porque foi na cabeça.

Esses eram espaços interditados para muitas “moças de família”, ela própria era proibida de participar dos bailes. Segundo ela, caso a moça que estivesse no salão fosse convidada a dançar por algum cavalheiro presente, não estando ela comprometida, deveria sempre aceitar, sob o risco de iniciar um grande tumulto:



(...) Sabe eles atiravam. Chamava as moças pra dançar se as moças não fosse eles atiravam. Você tinha medo de ir nestas festas e de alguém te convidar, assim, um mal encarado, por exemplo, (...) chamava ‘quebrar machado’. Eu nunca ‘quebrei machado’ (...) era quando o rapaz chamava e a moça não ia. Aí ele falava: “- Quebrou meu machado! Você não vai mais dançar aqui”. Às vez o outro se doía: “- Não ela vai dançar! Porque que eu quero vê se ela não vai!” (N. CHAPADENSE, 2015)

Como todos andavam armados, seja com armas brancas ou revólveres, essas discussões invariavelmente acabavam em morte, pois dentro deste tipo de sistema “homem que é homem não leva desaforo para casa”.

Em um lugarejo situado às margens de dois grandes rios, a pequena vila se estruturava em torno dos portos de passagem, das travessias. Tal como assinala d. Belinha, no passado havia dois portos:

(...) De cima é o Porto da Jesse e lá em baixo Porto do Baé. Era um velhinho, ainda conheci muito ele. Ele tinha uma barraquinha lá, e eles chamavam ele Baé, porque ele é assim, baixinho, né? Porque tem aqueles porquinho baixo que chama baé. Então, eles apelidaram ele de Baé. Conheci ele, conheci a mulher dele, moravam numa barraquinha que tinha lá. Ele era passadô (fazia a travessia das pessoas no rio). Aí depois que fez a ponte, não precisou mais de passadô, né? Ele ficou morando lá, aí tem esse nome de Porto do Baé, né? Tinha o outro, que era o porto principal, na ponta da rua Antônio Cristino Côrtes, da rua descia lá (Porto da Jesse também conhecido como Porto da Gameleira, pois havia uma enorme gameleira no local). (FLÔRES, 2014)

A memória afetiva da professora aposentada Laudelina Gomes Carvalho, mais conhecida como dona Cunhã, remete à imagem de uma cidade pobre e sem recursos, comparada à atual situação do município:

Aqui nessa (...) cidade só tinha areia, era um areião que vinha até, que quase cobria a perna da gente. Era um lugar que, ali mesmo na rua Antônio Cristino Côrtes o que tinha era dois pés de manga na beira do rio, uns pés de coqueiro. E, assim, aquela cidade humilde pobrezinha. Quem sabe do principio de Barra do Garças pra ver a cidade de hoje. Pois, até hoje eu mesmo me pergunto, eu estou em Barra do Garças? Porque era um lugar tão humilde, pobre. Não era humilde, era pobre. (CARVALHO, 2015)

Por esse tempo, no vilarejo havia apenas duas grandes ruas, a avenida Antônio Cristino Côrtes e uma outra margeando o rio Araguaia, em direção à região do Rio das Águas Quentes. Nas palavras de D. Belinha:



Em volta da igreja, próximo ao colégio Dom Bosco, ali era umas casinha de palha, era tudo umas casinha de palha. (...) tinha oito casas de telha quando eu cheguei, inclusive a igreja. (...) a nossa casa era de palha, depois que papai mandou colocar a telha (...) as parede era de adobo. Adobo é tijolo cru. (FLÔRES, 2014)

As memórias de infância da professora e socióloga Rosilene Rocha Cardozo, posteriores às de dona Belinha e de dona Cunhã, permitem ampliar a reconstituição de parte desse cenário urbano, e nos remetem a meados dos anos de 1950:

(...) naquela época tinha a rua Antonio Cristino Côrtes que era a principal rua, mas não tinha calçamento era terra. Essa rua, que é aquela rua que desce do Correio vai até a Cristino Côrtes, que é a rua Rafael Cardoso, a gente morava nessa rua e tinha mais a rua da Voadeira, que era próximo do córrego da Voadeira. Que eu me lembre tinha o Rancho Alegre, o Rancho Alegre era bem longe, (...) ficava um pouco isolado. A cidade com essas ruas pequenas que eu acabei de falar, basicamente essas, e tinha uma outra rua quase na beira do rio (...) que eu não sei o nome, mas me lembro, eu só lembro dessas ruas, e da rua Antonio Cristino Côrtes que naquela época eu não sei como chamava, se tinha essa denominação, mas lembro dela chegando até a praça e a Igreja. (CARDOZO, 2015)

Barra do Garças teve o seu reconhecimento oficial como Distrito de Paz (Vila), em 1935, e foi elevada à categoria de município, em 1948. Contudo, é possível intuir que talvez nunca tivesse deixado a sua humilde condição de distrito não fossem as ações políticas aplicadas à região, em favor da ocupação territorial da Amazônia, a partir da década de 1940. Diversificados e contraditórios projetos de colonização e desenvolvimento impulsionaram contingentes populacionais para essa região, tida pelos discursos oficiais como um “vazio demográfico”.

A primeira das ações institucionais em favor da interiorização do estado brasileiro foi a instalação de um entreposto da Fundação Brasil Central, nas margens goianas do rio Araguaia, atual Aragarças, que, a partir da segunda metade da década de 1940, sediaria os primeiros projetos de ocupação dos sertões. A Expedição Roncador-Xingu foi instalada ainda durante a Ditadura Vargas, idealizada pelo Ministro João Alberto, antigo membro da Coluna Prestes, e sob a coordenação dos irmãos paulistas Vilas-Bôas, cujas características e estratégias eram do tipo militar.

Até os anos de 1940, a política de ocupação do sertão não havia sido plenamente concretizada em uma grande extensão da região Centro-Oeste e Amazônica. Segundo Cardozo, as políticas mais intensas só ocorreram a partir de 1942 com a Expedição Roncador – Xingu.



A expedição integrava a missão “Marcha para o Oeste”. Saíram oficialmente de Uberlândia-MG, estrategicamente reconhecida como a ‘boca do sertão’, passando por Rio Verde e Caiapó (GO) chegando em Aragarças em 1943, ponto de partida do trecho Roncador-Xingu. Em 1944, a Expedição fundou o município de Xavantina, abrindo as primeiras picadas da rodovia que atravessariam o rio das Mortes, passando pelo rio Xingu, alcançando a Serra do Cachimbo, e uma picada foi aberta até o Estado do Pará. Essas primeiras trilhas demarcaram o traçado da BR 158. (CARDOZO, p. 70)

Assim, no início dos anos de 1940, com a chegada da Expedição, tornou-se necessário equipar a região com uma base de apoio para os trabalhos dos expedicionários. No povoado da fronteira goiana com o Mato Grosso, a Barra Goiana, erigiu-se a cidade de Aragarças, cuja infraestrutura urbana foi organizada a partir de um planejamento que a equipava com escolas, hospitais, aeroporto e uma rede comercial e bancária. As memórias de Nelcy Chapadense remetem a esse período de ebulição:

(...) Aragarças era mais desenvolvida que a Barra. Porque a Barra só tinha essa rua Primeiro de Maio e a Rua Antônio Cristino Côrtes. E umas ruínas aqui pra cima, onde hoje é a cadeia. Não tinha a Av. Ministro João Alberto, não tinha nada disso. (...) Não tinha a ponte, a gente passava de canoa. Sabe? As vezes, quando a mamãe falava, “- Menina vai comprar carne.” (...) aí o canoeiro pegava a gente e atravessava. Lá que era a cidade, quando tinha que ir lá a gente arrumava. Lá na cidade, as moças de lá andavam bem vestida. Porque tinha contato, né? Lá tinha aeroporto, lá que tinha tudo, hospital (...) a cidade era lá. Aqui era uma vilinha. (CHAPADENCE, Nelcy 2015)

Um fator que contribuiu para a emancipação econômica de Barra do Garças foi a construção dos acessos sobre os rios Araguaia e Garças e dos traçados das BRs 070 e 158, privilegiando esses novos pontos de passagem, seu entroncamento, ocorrendo justamente em Barra do Garças. Essa posição estratégica tornou Barra do Garças a sede do município, polarizando um raio de 300 km, invertendo, assim, a sua posição com a secular Araguaiana, que se tornou seu distrito e ainda hoje aguarda pachorrentamente as águas do progresso.

Para Cuiabá, a capital, o acesso era muito precário, a estrada de terra que levava a essa parte do Estado era muito ruim, a viagem podia durar dias. As relações também se davam com a região do atual Mato Grosso do Sul, cujo centro político era Corumbá, antes da divisão do estado do Mato Grosso. Segundo Pe. Clemente (2014) “(...) pra gente que ia pra Retiro, pra



Campo Grande, ia um e outro dentro daquela camionete, não é? Todos em cima, de lama tudo, era uma poeira, ou chuva ou coisa assim. Mas a gente era muito animado, não é?”.

Contudo, a vinda da Fundação para Aragarças ampliou as conexões entre Goiás e até mesmo Minas Gerais, através do município de Uberlândia. As relações econômicas foram se estreitando, a partir dos anos de 1940, à medida que se estruturavam as novas artérias de circulação. Como a Fundação se instalou em Goiás, Barra do Garças acabou voltando suas relações comerciais para os municípios do Centro Oeste. Além do acesso por sobre os grandes rios, a pavimentação das estradas acabou privilegiando o recém-criado município.

Dentro da perspectiva desenvolvimentista proposta pelo regime militar, ocupar a Amazônia era uma questão de integrar a nação. Projeto antigo, que mais do que a pura distribuição de terras se ligava a interesses geopolíticos de caráter nacionalista. Promover a migração para essa região era parte do projeto de integração nacional. Tal medida somente insinuada durante o governo Vargas foi levada à frente, durante o período da Ditadura Militar, que tinha como lema *integrar para não entregar*.

O governo Médici (1969-1974) se propunha a solucionar um velho problema demográfico: aos *homens sem-terra do Nordeste* seriam distribuídas *as terras sem homens da Amazônia*. Esses discursos permitiam esvaziar das terras os seus naturais, os índios, e seus ocupantes, os sertanejos e garimpeiros que delas se apropriaram há pelo menos dois séculos. Desses grupos apenas algumas etnias indígenas tiveram seu território garantido, a partir da criação do Parque Nacional Indígena do Xingu. Conquista política dos irmãos Villas Bôas, em 1961, durante o efêmero governo de Jânio Quadros.

No início dos anos de 1970, a paisagem nessa região começava a se alterar com a chegada de agricultores sulistas que vieram para o plantio em grande escala, com tecnologia e financiamento suficientes para “limpar” e ocupar as extensas áreas “vazias”. De acordo com Hidelberto Ribeiro:

Áreas que hoje formam municípios como Água Boa, Canarana e Querência (...) ‘estavam’ disponíveis para reforma agrária. A ocupação desses espaços da Amazônia Legal só foi possível graças à política de financiamentos concedidos pelo PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terra), o que permitiu a implantação de projetos de colonização e assentamento de colonos do Sul do país, ou seja, permitiu a efetiva entrada do capital. (RIBEIRO, 2001: p. 47)



De acordo com o levantamento de Ribeiro, entre os anos de 1980 e 1997, a paisagem urbana de Barra do Garças sofreu uma grande alteração. Enquanto a população rural decrescia em cerca de 70,8%, a população urbana crescia em torno 46,4%. Um cenário parecido com o restante do país que passava nesse período por uma intensa urbanização, conduzida pela modernização da agricultura e pela mercantilização das terras, que passaram a ser liberadas para o mercado, como objeto de compra e venda. (C.f. RIBEIRO, 2001: pp. 58 e 34)

Como podemos observar, a história do município de Barra do Garças é recente. Assim, a partir do rememorar a festa de Santo Antônio pela população local é possível recriar/reconstruir a história social do município. História essa que nos conta muito de outras histórias, histórias de deslocamentos e enraizamentos, histórias de superação e de fé.

As festas populares, em geral, para além do caráter meramente religioso, são momentos de sociabilidade e confraternização entre os diferentes sujeitos nelas envolvidos. A princípio, em sociedades mais isoladas, que não contavam com padres em suas paróquias, tais momentos eram importantes para reafirmar os laços de fé e solidariedade que unem as famílias, como os batizados, reafirmando os compromissos religiosos e confirmando o envolvimento moral que une o grupo. A fala de padre Clemente é significativa nesse sentido:

(...) é costume (...) fazer novena, novena eram nove dias (de orações). Então a gente se reunia, cantava ladainhas. Enquanto tinha padre tinha missa, se não tinha padre fazia rosário, terço e depois tinha festa, leilão, dança e aquela coisa toda, não é? E então tudo era muito ligado, tudo era uma coisa só não é? Não era muito separado. (Pe. CLEMENTE, 2014)

Esse relato é corroborado pelas lembranças de d. Cunhã, ativa participante na organização da festa:

Quando não tinha padre nós assumia a responsabilidade do padre. Os padres já gostava de nós, porque num lugar como aquele, ter uma pessoa instruído, uma pessoa saber ... o ritual é difícil. Aí, a gente chegava ... aí todo mundo ia e cantava, cantava, rezava o terço, fazia tudo, o que podia fazer. Então, (...) isso era nas novena, quando era no último dia, que era 13 de junho, a festa de Santo Antônio ... (CARVALHO, 2015)

De acordo com nossos colaboradores, a Festa de Santo Antônio era o momento especial para a confecção de novos trajes, o que envolvia os esforços financeiros da família e que fica evidente nos relatos de dona Cunhã e de dona Belinha:



Quando chegava a festa, às vez a gente tava até preocupada. Meu Deus! Como que vamos fazer pra ter uma roupinha bunita! Minha mãe era fiadeira, fiava a linha, dava a linha pra pessoa fazer rede, fazia rede e minha mãe vendia aquela rede e ajudava comprar roupa pra nós. Que alegria quando trazia um corte de chita. Ei! Nós ficava toda feliz. Então aí ia ter a festa. (CARVALHO, 2014)

Dona Belinha assinala:

(...) Já trabalhei muito de noite, fazendo vestido pra ir na festa de Santo Antônio. Todo mundo ia de roupa nova(...). Isso também é costume do povo lá do Tocantins, gente vai pra festa de igreja, vai com roupa nova (...). Então aqui a gente costurava quase a noite toda, pra dar conta dos vestidos pra festa de Santo Antônio. (...) Eu fiquei admirada, a mulher me falou que lá em Cuiabá vai na festa de missa com qualquer roupa! Eu fiquei admirada! E não é que agora é assim!?! (FLÔRES, 2014)

Dona Belinha estranha os costumes na capital, onde já não se fazia deferência aos dias de festa, assim como hoje. Para seu espanto e admiração, as pessoas participam com qualquer tipo de traje nas festas da Igreja.

Essas festas religiosas podem ser lidas como um repositório de memórias e como forma de marcar uma identidade. Tal fenômeno, que é global, pode ser observado, à medida que os grupos políticos e civis se empenham em promover, de maneira ampla, tais celebrações. Com motivações múltiplas, as festas religiosas vêm ganhando espaço nos orçamentos municipais, estaduais e federais, inclusive, quando fora criada, em nível federal, uma Secretaria própria, dentro do Ministério da Cultura, para tratar questões ligadas às identidades, com um novo olhar sobre o patrimônio a se preservar, o patrimônio imaterial.

A Sociologia, como campo de observação, nos possibilita uma diversificada leitura sobre as razões de implantação dos festejos ligados a Santo Antônio, em Barra do Garças. Alguns deles: a sociabilidade relacionada, principalmente, aos aspectos de dispersão da sua população, em meio à zona rural, ou ainda, a elementos da religiosidade católica da época, a devoção de Antônio Cristino Côrtes ao seu santo de proteção, ou ainda, o fato de que Cristino Côrtes estaria disposto a edificar uma cidade, distribuindo lotes e demarcando as primeiras avenidas da cidade, de certa forma, planejando, com vistas a estruturar um ordenamento jurídico-administrativo e religioso.

Enfim, qualquer que seja o sentido das origens dessa festa, o fato é que mecanismos de invenção, tradição e recriação se articularam, ao longo dos anos, marcando o seu ritual.



A festa de Santo Antônio, em Barra do Garças, é anunciada como um dos maiores eventos sociais da região. São pelo menos, quinze dias em homenagens dedicadas ao santo. Os festejos se iniciam ainda na alvorada, por volta das cinco da manhã, já nos primeiros dias do mês de junho, ao som do foguetório. À alvorada é seguida pela cavalgada, desfiles a cavalo e em carros de bois, reunindo cavaleiros, damas e vaqueiros em suas ajazadas montarias. A partir de então, estão oficialmente abertos os festejos. As atividades se desenvolvem ao longo dos treze dias que antecedem o dia de Santo Antônio. Com missas todos as noites, seguidas da distribuição de pães. É a trezena de Santo Antônio.

Ao mesmo tempo, todas as noites, as barraquinhas de comidas e jogos, organizadas na praça, comercializam diversão e alimento aos frequentadores do local. Importa assinalar que nem todos os que participam das festividades religiosas participam dos espaços de diversões e vice-versa. São diversas atrações: como o jogo do bingo, leilões, jogos da pescaria, tiro ao alvo, entre outros. Um parque de diversões é acionado com antecedência, vindo de fora, especialmente para garantir a diversão em iluminados brinquedos, como: a barca, twister, carrinho de batida, entre outros.

Mas, nem sempre foi esse o cenário. A praça, que hoje foi reformada para dar lugar a um jardim japonês, foi outrora o local em que se encontrava uma pequena e singela capela, dedicada a Santo Antônio. Segundo os relatos coletados, era uma pequena capela, coberta de palha e feita de adobe.

A igreja era uma capelinha, não tinha luz elétrica. A igreja, a capelinha era iluminada com vela, vela como diz, não vela comprada, vela de abelha, cera de abelha, que fazia os pavio e molhava e fazia pregava nas janelas pra ir pra missa. Então, padre era difícil, porque padre vinha de Araguaiana, amuntado a cavalo pra chegar aqui. (CARVALHO, 2014)

A memória do senhor Antônio Rios Neto, conhecido como Tonho e antigo morador do entorno da Igreja, remete às brincadeiras tradicionais da criançada:

(...) e eu que era mais baxotim ficava lá, mais embaixo, brincava de salve cadeia, pega pega, e bola mesmo, né? Bola de ping-pong e assim por diante e tinha os trofeuzinhos também. Brincadeira, mas não era competir, pra mim não, era só pro meninos (...) (RIOS NETO, 2014)

Antes de a igreja se instalar no município, o ritual era organizado pelas próprias pessoas do lugar. Por isso, essa característica autônoma para a festa. Era a própria sociedade



que se encarregava de organizar os festejos: *Cristino Côrtes, dona Elza, Valdo Varjão, Ladislau Cristino Cortes, (...) dona Camila Rosário* são nomes ainda lembrados na organização da festa. Todos os dias eram nomeados os novenários responsáveis pela organização do dia. Dona Cunhã é quem explica o papel dos novenários:

(...) o responsável, ele era responsável pela novena, pela festa. Naquele dia ele era o responsável. (...) Por exemplo, eu, eu era responsável. Amanhã, se tu fosse novenária, amanhã tu era a responsável por tudo, pela novena, pelo leilão, para pedir prenda. Assim continuava os nove dias. Quando completava dez dias, terminou a festa. (CARVALHO, 2014)

Assim, de maneira autônoma, a festa era organizada pelas pessoas do lugar. A ponto de prescindir da estrutura da igreja, em um momento em que Barra do Garças não contava com uma paróquia. Esses esforços eram feitos, em princípio, para a construção da Igreja de Santo Antônio. Nesses tipos de manifestações populares é comum a união das pessoas, de todas os níveis sociais, para participar/patrocinar/promover diversas atividades, religiosas e profanas em homenagem ao santo. São alvoradas (o despertar da cidade com muitos fogos de artifício), missas campais, oração do terço, leilões, bingos, brincadeiras, bandas de música, bailes, etc.).

Dona Cunhã descreve o cenário da festa:

Chegava aqui aí tinha as missas, todos os dias tinha missa. Por exemplo, amanhã começa a festa, então nós tínhamos que ir (...). Quando era cinco horas da manhã, o homem da sanfona, que, cê já ouviu falar dessa sanfoninha pequena? (...) eu saía, a gente ia pra igreja, lá na igreja, soltava o foguete e batia o sino com um cordãozinho marrado no badalo, porque era um sinozinho humilde, não é como esse agora, nada, nada. Então, quando tocava o sino (...) Dava cinco horas da manhã o pessoal tava juntando, e ajuntava com o novenário daquele dia, chegava, ficava por ali conversando, soltando foguete. Aí eles nos convidavam pra ir tomar o café da manhã. Nós íamos tudo, e eu também tava nesse meio, já era mocinha, e eu tomava café, comia bastante bolo, e ficava por ali e o sanfoneiro tocando, tocando. Aonde que essas músicas de hoje! Era umas músicas tudo caipira. (...) cinco da manhã começava alvorada. (...) Aí Começou a alvorada, rezava um pouquinho. Aí tomava o café e todo mundo ia pra suas casa. (...) Ia pra casa, pronto! Agora, a noite começava a novena. Aí à noite voltava todo mundo. Muitas vezes, já tinha padre, o padre celebrava a missa, que a missa era toda diferente de hoje, nós era que respondia. Mas, era a missa em latim. (CARVALHO, 2014)

Nesse sentido, a fala de dona Nelcy Chapadense reconstitui a parte profana da festa, das músicas tocadas nos bailes que marcaram época:



Era a banda daqui mesmo, seu Fiúca que era o tocadô. (...) O que tocava lá era forró, triângulo, sanfona, zabumba essas coisas. Tinha forró, tinha uma tal de mazurca. A mazurca é que eles tocavam muito, essa mazurca. Tinha samba, essas músicas bem antigas, bolero. Nossa! Eles adoravam tocar bolero, as moças ali dançava tudo na ponta dos pés ali, os bolero (...). (2015)

Em uma perspectiva que remete aos anos de 1980 e 1990, sua irmã, Lucilene Chapadense, recorda os dias de festa quando criança.

O padre sempre abria no dia primeiro (a festa), primeiro de junho e só fechava dia treze. Aí, durante essa novena, primeiro de junho, eram barracas, parques (...) a gente juntava dinheiro pra ir todo dia, comer pipoca, cachorro quente e depois a festa, né?(...) Aí o padre foi acabando com o baile, né? Foi acabado, acabando ... porque antes era assim: tinha o leilão, quando acabava tinha o baile, ia até bem tarde. (...) a festa era financiada pelos grandes fazendeiros, pelos políticos (...) agora não, virou uma fonte de comércio (...) na Igreja poucos entram. (CHAPADENSE, Lucilene, 2015)

Sua memória faz uma leitura crítica sobre as recentes alterações no ritual. A análise de Lucilene Chapadense credita as alterações ocorridas na festa às alterações nas relações sociais estabelecidas na cidade de antes e de agora. Ela associa a alteração no formato da festa a alterações no modelo fundiário regional, como a vinda de fazendeiros de outros estados, ao crescimento da comunidade evangélica e a perda de espaço por parte da Igreja:

Era muito ativa a Igreja era muito ativa. Depois que foi perdendo o espaço político, foi perdendo (...) o social também né? Elas (as freiras) tiveram um novo rumo, assim, tanto elas como os padres, e isso também é cultura da própria festa, né? Porque mudou. Mudou, hoje ela é muito difícil, assim, pra conseguir o dinheiro. Nossa! Assim, eles fazem uma luta pra envolver a comunidade toda e meia dúzia de pessoas que participam pra ajudar, sabe? A gente sai pedindo no comércio, o comércio quase não ajuda, sabe? Porque (...) não tinha os compromissos como os que tinham antes, né? Por que realmente eram os pioneiros e também eu acho que a população percebia que aquele dinheiro ia voltar, né? Tipo as pessoas que tinham dinheiro, eles ajudavam por que sabia que ia voltar em benefício da cidade. (...) E perdeu a clientela, né? Bastante, né? Pros evangélicos. Tem isso também, né? O evangélico já não participa da festa da igreja, né? E agora os fazendeiros hoje são de São Paulo, do Rio de Janeiro, geralmente eles não vêm aqui. São gerentes, né? Dono das fazendas, porque, na verdade, eles não têm fazenda eles têm empresa de gado (...) então eles não têm compromisso com o município. (2015)



Esses aspectos de alteração nos festejos de Santo Antônio também estão presentes, *sob uma outra perspectiva*, na fala de dona *Sônia Mota Maia Rios, 53 anos, auxiliar de serviços gerais na Matriz de Sto. Antônio*:

(...) mudou muito, né? Agora a festa de santo Antônio tem coordenador. Aí, senta com o padre e discute o que vai fazer o que não vai. Então é bem organizado, naquela época, num tinha essa organização, assim, né? (...) era o Lalau era o Varjão, a dona Elza, eles sentava e discutia. Mas, não tinha tanta coordenação, igual tem hoje. Hoje não. Hoje eles senta conversa com o padre: ‘- Vamos fazer isso, isso e isso’. (2014)

Atualmente, a festa se organiza sob a coordenação da Igreja Matriz de Santo Antônio e todos os trabalhos são realizados a partir de comissões. Organizando as diferentes tarefas para a realização da festa, as equipes, fazem um balanço do que deu certo ou não na festa do ano anterior. Um planejamento que permite alterar aspectos, como, por exemplo, a interdição da venda de bebidas alcoólicas nas barracas da Igreja e no espaço central da praça e os usos dos espaços públicos destinados à festa.

Outro aspecto que chamou a atenção foi a tradição de lascar o mastro da bandeira de Santo Antônio. As moças casadoiras, segundo relatos, fazem um chá com essas lascas e dirigem pedidos para o santo para conseguir um casamento. De acordo com Pascoal, um dos organizadores do evento, em certa ocasião, pensou-se em substituir o mastro “milagroso” de madeira por outro de ferro. Muitos reclamaram, porque daquele mastro não tinha como retirar as lascas, assim, como parte da tradição, o mastro em que fica a bandeira do santo é sempre feito de madeira. Contudo, a tradição de distribuir o café durante as missas, hoje tem como formato a distribuição de pães aos presentes, como forma de homenagear o santo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As festas religiosas fazem parte do catolicismo devocional e estão presentes em todo o território brasileiro, assim como na América Latina. Tais festas, em geral, homenageiam um santo padroeiro e podem ocorrer em torno de famílias, comunidades e também de municípios. A tradição de se comemorar com festa o dia do santo é tão antiga quanto as manifestações ligadas ao sistema de padroado régio no Brasil, instaurado ainda durante o período dominado pela monarquia portuguesa. Assim, confirma o padre polonês Clemente: “[,] eu acredito que



isso deve ser costume espanhol, Ibérico, da Espanha e Portugal, não é? Porque lá era assim o costume, e na nossa terra, não tem esse costume”. (2014)

Como foi demonstrado, a história de Barra do Garças é recente, se pensarmos em termos de duração. Alguns de seus primeiros moradores ainda estão vivos e são portadores de memórias ainda latentes, que se fundem em um incipiente discurso oficial. Memórias individuais que se condensam em memórias coletivas, inúmeras vezes contadas e recontadas, seja entre as rodas de amigos, ou cristalizadas nos livros dos memorialistas locais, ou ainda, por meio de discursos produzidos pelas Ciências Sociais.

A Festa de Santo Antônio tornou-se um evento significativo para a História Social do município, por permitir, a partir do seu rememorar, refletir, recriar e reafirmar, reconstruir a história do município. É uma tradição cujas origens permitem uma leitura sobre a história social, pois ainda está fresca na memória de sua população. Entretanto, permanece, ao mesmo tempo, lacunar, por se tratar de um conhecimento que se dispersa entre muitos discursos, em meio à cultura popular. Ainda assim, é possível concluir que as memórias sobre a festa de Santo Antônio são capazes de falar muito sobre outras histórias, histórias de deslocamentos, enraizamentos e encontros, histórias de transformações e permanências, de resistências e adaptação aos novos tempos.

LISTA DE COLABORADORES

BENTO, Pascoal Lopes, 47 anos, coordenador das atividades religiosas da Festa de Santo Antônio, natural de Barra do Garças.

CARDOZO, Rosilene Rocha, 65 anos, Cientista Social e Diretora de Ensino, natural de Batovi-MT, reside em Barra do Garças desde um ano e meio de idade.

CARVALHO, Laudelina Gomes de, 87 anos, professora aposentada, natural de Barra do Garças.

CHAPADENSE, Lucilene, 68 anos, professora aposentada, nasceu no município de Chapada Diamantina, e mudou-se aos dois anos de idade para Barra do Garças em 1949.

CHAPADENSE, Nelcy, 55 anos, pedagoga, natural de Barra do Garças.

DEJA, Pe. Clemente, natural de Gdnsk – Polônia, há 46 anos reside no Brasil, a maior parte desse tempo desenvolveu trabalhos missionários junto a população indígena da região de Barra do Garças.



FLÔRES, Isabel Barbosa, 92 anos, nasceu em Boa Vista-GO, atual Tocantinópolis, mudou-se para Barra do Garças aos 15 anos em 1937.

RIOS, Sônia Mota Maia, 53 anos, natural de Vale dos Sonhos – distrito de Barra do Garças, há dez anos trabalha como auxiliar de serviços gerais na Igreja Matriz de Santo Antônio.

RIOS NETO, Antônio, 55 anos, aposentado, natural de Barra do Garças, morou toda a sua vida no entorno da praça da Igreja Santo Antônio.

REFERÊNCIAS

CARDOZO, Rosilene Lopes Rocha. O Centro de Ensino Superior do Médio Araguaia: um projeto para o desenvolvimento e integração regional/nacional. **Dissertação**. Goiânia: UFG/Faculdade de Educação, 1990. (Mestrado em Educação Escolar).

FERREIRA, J. C. V. e SILVA, Pe. J. M. **Cidades de Mato Grosso**: origem e significado de seus nomes. Cuiabá: Janina, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Ed. Dos Tribunais, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006;

MEIHY, José Carlos S. Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007;

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problematização dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, no. 10, 1993, p. 13.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral Diferente. Trad. RIBEIRO, Maria Therezinha Janine & FENELON, Dea Ribeiro). **Revista Projeto História**. São Paulo, (14) fev. 1997, p. 27.

RIBEIRO, Hidélberto de Sousa. **O Migrante e a Cidade**: dilemas e conflitos. Araraquara: s/e., 2001;

VARJÃO, Valdon. **Barra do Garças no passado**. Brasília: s/e., 1980;

VILLAS- BÔAS, Orlando. **A Marcha para o Oeste**: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu / Orlando e Cláudio Villas Bôas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.